

SEMINÁRIO UNIFICADO EM DEFESA DO HU

O SINTUSP, a ADUSP e o DCE, junto com o Coletivo Butantã na Luta, organizam um seminário contra o desmonte do HU e pela revitalização do hospital.

O objetivo é aprovar um documento em defesa do hospital, a ser encaminhado para os/as integrantes das chapas que disputam a eleição para a Reitoria da universidade, além de dialogar com representantes da população no sentido de construir um forte movimento, unificando funcionários e estudantes da USP com a

população do Butantã, para exigir que a USP realize todas as contratações necessárias para reabrir os leitos fechados e restabelecer a capacidade de atendimento à população e à comunidade universitária, sem sobrecarregar o corpo de funcionários do hospital.

Denúncia: negócios e negociatas por trás do sucateamento do Hospital

A política da Reitoria da USP de não investir nas contratações necessárias para o hospital e na revitalização de sua estrutura faz parte de uma estratégia de inviabilizar o funcionamento do HU, a fim de justificar sua entrega a uma das fundações que proliferam como metástases e que acabarão tomando toda a universidade, se não forem contidas. Essas fundações têm um único

objetivo: transformar o hospital em fonte de renda, convertendo a assistência à saúde em mercadoria a ser vendida a preço alto, para aumentar os lucros e acelerar o enriquecimento das fundações e dos professores e elas associados — tal como já ocorreu com o HC da capital, com o HC de Ribeirão Preto e com o HRAC de Bauru.

Investimento disfarçado de verbas da USP em negócios privados da FFM e da FAEPA

Enquanto asfixiam o HU com falta de funcionários e de investimentos, buscando sucatear o hospital para justificar sua entrega a uma fundação, a Reitoria da USP e os professores que compõem a maioria do CO investiram quase meio bilhão de reais da universidade em dois hospitais da Secretaria Estadual da Saúde, em pouco mais de dois anos.

da FAEPA e da FFM. Isso permite às duas fundações usarem toda a estrutura hospitalar como balcão para seus negócios particulares.

Um exemplo é o HC de São Paulo, que mantém mais de 30% de seus leitos reservados para clientes de operadoras de planos privados, atendidos por uma “segunda porta” e com prioridade em detrimento dos pacientes do SUS.

Em 2023, o CO aprovou um “investimento” de 150 milhões de reais no HC de São Paulo e de 67 milhões no HC de Ribeirão Preto, ambos pertencentes à Secretaria Estadual da Saúde. Há pouco mais de dois meses, o mesmo reitor e o mesmo CO aprovaram outro gasto de 281 milhões de reais em um negócio que beira o surreal: esse dinheiro foi utilizado na compra de um terreno do Estado, próximo ao campus de Ribeirão.

É através desses e de outros negócios que a FFM, instituição privada supostamente sem fins lucrativos, conseguiu acumular cerca de 1 bilhão de reais em caixa e aplicações, segundo dados publicados pela revista da ADUSP.

Após vender o terreno para a USP, o próprio Estado deverá construir nele uma nova unidade do HC de Ribeirão, hospital que, como se sabe, pertence à Secretaria de Saúde do Estado. O absurdo é que, após a conclusão da obra, a USP entregará a nova unidade novamente ao Estado, para que seja gerida pelo próprio governo estadual.

É com esse tipo de objetivo que professores por trás dessas fundações, instalados em cargos do CO e em posições de poder dentro da universidade, se apropriaram indevidamente de 498 milhões de reais da USP para, sob o pretexto de investir em hospitais estaduais, fomentar seus próprios negócios — utilizando hospitais públicos contra os usuários do SUS.

Assim, os 281 milhões gastos na compra de um terreno para depois devolvê-lo, somados aos 217 milhões “investidos” em 2023 em dois hospitais estaduais, totalizam 498 milhões de reais desviados da USP para hospitais que pertencem ao Estado, mas estão sob gestão

E são esses mesmos professores-empresários, encrustados nos postos de mando da universidade, que desejam entregar o HU a uma de suas fundações privadas. Para atingir tal objetivo, desmontaram o hospital ao custo de vidas humanas, perdidas em consequência dessa política criminoso.

O que pode vir em seguida?

Não será surpresa se o próximo passo for a apresentação de um projeto de autoria de um desses professores — elaborado a partir de um “diagnóstico” também feito por eles — indicando como única saída para o HU a sua entrega à gestão de uma fundação. Outra possibilidade é a desvinculação do hospital da

universidade e sua transferência para a Secretaria Estadual da Saúde, que o repassaria a essas mesmas fundações. Assim, o HU entraria no mesmo círculo dos hospitais que recebem investimentos da USP, mas são geridos por fundações privadas, como já ocorre no HC de São Paulo e no HC de Ribeirão Preto.

É preciso dizer não!

Chamamos os funcionários da USP em geral, e do HU em particular, a cerrar fileiras em defesa do hospital, do SUS e da saúde pública e gratuita! Saúde não é mercadoria! Vidas humanas valem mais do que

os lucros almejados por professores que praticam capitalismo sem riscos, utilizando o patrimônio da universidade! Fora fundações e OSS da USP, e tirem suas mãos do HU!

ASSEMBLEIA GERAL DE ASSOCIADOS DO SINTUSP

Quarta-feira, 01/10, 12h30, na [Sede do Sintusp](#)

PAUTA: ELEIÇÃO DE TRÊS MEMBROS DA COMISSÃO ELEITORAL

OBS: Ver convocação da Assembleia [AQUI](#)

DIRETORIA COLEGIADA PLENA DO SINTUSP

COMO VOTAR EM ALGUÉM QUE BANALIZA A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUCATEIA AS CRECHES DA USP!

Ano de eleição para reitor na USP. Em quem votar? Pergunta difícil de responder.

Ano em que publicam políticas com inverdades, na tentativa de enganar a comunidade uspiana e os colégios eleitorais.

Na última terça-feira, 23/09/2025, a PRIP enviou à comunidade acadêmica um e-mail divulgando o lançamento do Edital Público para ingresso de crianças nas creches do campus da capital, com 41 vagas na Creche Central e 12 na Creche Saúde.

Curiosamente, o que ninguém viu ainda é o edital para concurso público de contratação de profissionais para as creches ou, ao menos, o edital de convocação das pessoas aprovadas no concurso de PROFEI (Professor de Educação Infantil), realizado em abril deste ano, já que as últimas professoras que ingressaram na creche o fizeram pelo concurso que aconteceu há 14 anos, em 2011.

Enquanto isso, a PRIP segue “contratando estagiárias” para atender à falta deixada pelas professoras que se exoneraram ou se aposentaram (para cujas vagas a PRIP havia se comprometido a abrir concurso). Atualmente, são cerca de dez estagiárias.

Não somos contra estagiárias nas creches, mas estagiárias não podem ser “trabalhadoras irregulares, com superexploração de mão de obra barata e sem supervisão no ensino, pesquisa e extensão por Professores de Educação Infantil e/ou Professores da Faculdade de Educação, inclusive com cobrança de compensação de horas, de recesso e de pontes de feriados, conforme ACT – Acordo Coletivo de Trabalho, como vem sendo exigido em muitas unidades.”

O descaso com as condições físicas internas e externas das creches é total, enquanto o dinheiro público rola à vontade na construção e quebra de calçadas, no asfalto dentro do campus e em outras benesses aos empresários da construção civil.

A incompetência, junto com a vontade de acabar com as creches na USP, é tanta que até agora não conseguiram resolver uma das mais longas problemáticas da universidade: a Creche Oeste, que deveria servir à comunidade USP e à comunidade de São Remo. Afinal, esta universidade é mantida com dinheiro público, e um equipamento social como a Creche Oeste, destinada à educação infantil neste país, é uma perda irreparável para a infância, tão desamparada.



Em defesa das creches.



Pela contratação de PROFEI – Professores De Educação Infantil Urgente

ATO 28S
ABORTO LEGAL, SEGURO E GRATUITO.
CRIANÇA NÃO É MÃE NUNES, REABRE O CACHOEIRINHA
28/09 14H MASP
Frente Estadual pela Legalização do Aborto SP

O 28 de setembro é o Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização e Legalização do Aborto uma data histórica de luta que une vozes e reforça nossa luta.

Estaremos nas ruas para defender nossas vidas, nossas escolhas e nossos direitos.

Enquanto políticos tentam nos silenciar, a realidade grita:

🚫 No Brasil, uma mulher morre a cada dois dias por aborto inseguro.

🚫 Entre 2020 e 2022, 49 mil meninas de 10 a 14 anos foram obrigadas a parir – crianças violentadas e privadas do direito de interromper uma gravidez prevista em lei. Não podemos aceitar que a maternidade forçada e a criminalização nos condenem.

👊 Estaremos nas ruas nesse dia contra:

✗ Fechamento do Hospital Cachoeirinha, referência em aborto legal em SP, fechado desde 12/2023.

✗ O desmonte das políticas públicas de aborto legal e do SUS.

✗ A criminalização que mata mulheres, meninas e gêneros dissidentes com capacidade de gestar, principalmente as mais pobres, negras e periféricas.

🗣️ Exigimos aborto legal, seguro e gratuito já! 🗣️ Criança não é mãe! 🗣️ Nunes, reabra Cachu já!

🗣️ Nem presas, nem mortas. Criança não é mãe!

Nos encontramos no MASP, às 14h, domingo (28/9)

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, CEP:05508-070

Tel: (11)3091 4380/4381 – (11)3816-7932 / (11)2648-0589 email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br